PROJETO DE LEI Nº /2025

Vereador Rond Macaé

INSTITUI A POLITICA MUNICIPAL DE PREVENÇÃO E ATENÇÃO À OBESIDADE INFANTOJUVENIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ**, no uso de suas atribuições legais, institui a Politica Municipal de Prevenção e Atenção à Obesidade Infantojuvenil no município de Macaé.

Artigo 1º – Esta lei institui a Política Municipal de Prevenção e Atenção à Obesidade Infantojuvenil, com a finalidade de implementar ações eficazes para a prevenção e a atenção à obesidade em crianças e adolescentes, no âmbito do município de Macaé.

Parágrafo único - Considera-se infantojuvenil, para os fins desta lei, a pessoa com idade entre zero e dezesseis anos.

Artigo 2º - São objetivos da Política Municipal de Prevenção e Atenção à Obesidade Infanto-juvenil:
I – promover a prevenção e o tratamento do sobrepeso e da obesidade infantojuvenil;

II – conscientizar a população a respeito das causas e consequências da obesidade;

III – estimular a prática de hábitos de alimentação saudáveis e de atividade física regular;

IV - fortalecer a atuação intersetorial integrada, buscando parcerias que propiciem o desenvolvimento das ações de promoção da saúde.

Artigo 3º – Na instituição da Política Municipal de Prevenção e Atenção à Obesidade Infantojuvenil, no âmbito do município de Macaé, serão adotadas as seguintes medidas voltadas para os fins desta lei:

I – contribuir na formação e educação permanente dos profissionais envolvidos no cuidado às crianças e adolescentes no que se refere ao tema de prevenção e atenção à obesidade;

II – desenvolver medidas de combate à obesidade infantojuvenil na rede escolar;

III – viabilizar a implementação de Centros de Referência Especializados no Atendimento Integral à Criança e do Adolescente com Obesidade;

IV – promover campanhas educativas sobre a alimentação saudável e sobre os riscos à saúde acarretados pela obesidade;

V – proporcionar a implementação de espaços urbanos que permitam o livre brincar e a prática de atividade física;

VI – desenvolver ações visando à integração com outras políticas municipais, estaduais e nacionais relativas a distúrbios alimentares;

VII – analisar a viabilidade de celebração de convênios e parcerias com órgãos da União, de outros Estados e de Municípios, bem como com entidades da sociedade civil, para a consecução dos objetivos da política de que trata esta lei;

VIII – desenvolver pesquisas sobre a publicidade de produtos alimentícios infantis e sua eventual correlação com a obesidade, em parceria com entidades representativas da área de propaganda, das empresas de comunicação, do setor produtivo e da sociedade civil.

Parágrafo único - Para instalação e funcionamento dos Centros de Referência Especializados no Atendimento Integral à Criança e do Adolescente com Obesidade, serão definidos, por Regulamento, os equipamentos médicos, insumos, mobiliários, equipe multidisciplinar, espaços físicos e outros materiais necessários ao pronto e adequado atendimento médico para crianças com obesidade.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Artigo 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 29 de setembro de 2025.

_____

Rond Macaé
Vereador

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei tem a finalidade de implementar ações eficazes na redução de peso e no combate à obesidade infantojuvenil no município de Macaé. Uma pessoa é considerada obesa quando o Índice de Massa Corporal (IMC) está acima de trinta. O IMC é resultado de um cálculo que considera peso, altura e idade.

As causas da obesidade de crianças e adolescentes estão relacionadas a diversos fatores que podem incluir: (i)Fatores genéticos e hormonais; (ii) Dieta desbalanceada e rica em alimentos gordurosos;(iii) Falta de higiene do sono; (iv) Sedentarismo; e (v) Ansiedade.

Em resumo, a obesidade infantojuvenil é um problema de saúde grave e que deve ser tratado com seriedade. O excesso de peso na infância aumenta o risco de obesidade na adolescência e consequentemente na vida adulta, com graves consequências para a saúde.

O presente projeto de lei apenas estabelece uma regulação de ordem educacional e de saúde pública já imposta pela Constituição e pela legislação federal, assim conformam normas de diretrizes, vetores aptos a indicar uma política para estimular a implantação de infraestrutura objetivada.

A aprovação deste Projeto de Lei é um passo crucial para garantir uma vida mais digna e saudável para as crianças e adolescentes, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e justa.